

AS INTERRELAÇÕES ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ E AS COMUNIDADES ENVOLVIDAS NO PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL URBANA DO AMAPÁ GEA-BID

Josilene Conceição Leal da Cunha
Mestre do Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela
Universidade da Amazônia - UNAMA

Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos
Doutora em Estudos do Desenvolvimento pela University of Wales Swansea
e Professora do PPAD/UNAMA

RESUMO: Este artigo busca analisar as interrelações entre o governo do Estado do Amapá e as comunidades que vivem nas áreas de ressacas na cidade de Macapá na implementação do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID desenvolvido pelo referido governo em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). O Programa "Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID" foi escolhido como estudo de caso, porque busca implementar novas estratégias de ações na elaboração do Plano Diretor de Recuperação e Proteção de Ressacas Urbanas (PD-RESSACAS).

PALAVRAS CHAVES: Programa de desenvolvimento, gestão socioambiental, urbanização e riscos sociais

ABSTRACT: This paper seeks to analyse the interrelationships between the government of the State of Amapá and communities living in areas of hangovers in the city of Macapá in the process of implementing the Program of Urban Environmental Quality Improvement Amapá GEA-BID developed by that government together with the Secretary of State for the Environment (SEMA). The program "Improving the Quality of Urban Environmental Amapá GEA-BID" has been chosen as a case study because it seeks to implement new strategies for actions in preparing the Master Plan for the Recovery and Protection Surfs Urban (PD-Surfs).

KEYWORDS: Communities, urbanization, environmental preservation

Introdução

Procura-se neste estudo, analisar as interrelações entre o governo do Estado do Amapá frente ao Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID e os atores sociais envolvidos. Lima e Roncaglio (2001) acreditam que atualmente cientistas e técnicos buscam compreender as questões voltadas para os impactos das atividades humanas sobre a natureza e sua ligação com os aspectos econômicos e sociais por meio de um novo paradigma epistemológico que traga respostas urgentes, a partir do entendimento das interações entre sociedade e natureza. Sem fragilizar a importância das outras áreas do conhecimento, defende que especificamente do ponto de vista das práticas urbanas, a expressão degradação socioambiental urbana vem modificando radicalmente a abordagem do ambientalismo.

Desta maneira, a nova racionalidade compreende o processo de degradação ambiental como algo oriundo de um espaço socialmente construído, ou seja, vindo das inter-relações entre sociedade e natureza (RAMALHO, 2009). Por isso, faz-se importante apreender como se estabelecem essas interrelações a fim de que os indivíduos possam interferir no meio em que vivem. A concepção de Sen (2000) contribui significativamente para a compreensão da importância da participação populacional no processo de desenvolvimento social, político e econômico de uma sociedade. Sen (2000) relaciona "desenvolvimento como liberdade", ou seja, seria como um ciclo de privações, se a privação de liberdade econômica, vier, por exemplo, na forma da pobreza extrema, pode violar os direitos de outros tipos de liberdades do indivíduo, como a privação de liberdade social ou política e assim sucessivamente privação de liberdade econômica.

O desenvolvimento viria como um processo integrado de expansão dessas liberdades substantivas interligadas. O processo de desenvolvimento deve ser analisado de acordo com o desempenho das várias instituições existentes, sejam elas formadas por grupos, pelo mercado, por organizações, governo e etc. capazes de oportunizar diálogo e debate aberto entre todos, daí a importância do papel da mídia e de outros meios de comunicação (SEN, 2000).

Procura-se ressaltar na interrelação entre o governo de Macapá e as comunidades, o papel dos valores sociais e costumes prevaletentes da população que mora nas áreas de ressacas, na tentativa de compreender o desempenho de sua liberdade para ter uma vida longa e saudável. Não basta garantir direitos para o cidadão, o essencial é dar capacidade, qualificações, prerrogativas de se colocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência. Desta maneira, na tentativa de minimizar os riscos socioambientais busca-se compreender a percepção desses riscos por esta população local, se ela é capaz de enxergar seus próprios problemas ou não. A população tem que estar envolvida e motivada, capaz de visualizar e questionar a falta de iniciativa da gestão pública na aplicabilidade de políticas adequadas na realidade inserida, pautadas nas questões de sustentabilidade e desenvolvimento.

A ocupação desordenada dessas localidades tem ocasionado prejuízos ambientais provocados pela destruição da mata ciliar, obstruções de canais, construções de casas em meio a áreas alagadas. Essas por não serem atendidas com rede de esgoto, já que são consideradas invasões, lançam todo tipo de resíduos nas águas dos rios, gerando alagamentos e epidemias. De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA (MACAPÁ, 2006), a falta de saneamento básico nesses locais, oferece condições para a disseminação de doenças como a febre tifóide, cólera, amebíase, disenteria, hepatite infecciosa, tuberculose, etc.

Neste estudo foi realizada uma análise qualitativa da situação existente em áreas de ressacas, altamente fragilizadas no que se refere às questões socioambientais. A pesquisa abrange três diferentes níveis na análise dos impactos das ações do programa nas comunidades locais – o Programa da Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID. O nível macro (Governo Estadual), o intermediário (ONG's) e local (comunidades do bairro da capital de Macapá). A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas nos bairros pesquisados

O artigo está estruturado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte discute-se sob o ponto de vista da abordagem teórica, aspectos gerais relacionados ao acelerado crescimento do processo de urbanização e seus impactos nos espaços urbanos; na segunda identifica-se a área da pesquisa no município de Macapá; na terceira apresenta-se os três diferentes níveis de análise do Programa da Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID.

O acelerado processo de urbanização e degradação socioambiental

A percepção dos problemas ambientais tem crescido nos últimos anos tanto em âmbito nacional como no internacional. Desta forma, a degradação socioambiental nas cidades tornou-se um assunto muito discutido entre os pesquisadores que se preocupam com as questões urbanas.

Os grandes acontecimentos atualmente vivenciados pela população mundial com relação às grandes catástrofes ambientais mostram a necessidade de soluções na tentativa de impedir maiores prejuízos sucinto desses desastres, tais como, inundações, deslizamentos entre outros. Isto chama a atenção para criação de políticas públicas que direcionem ações para a melhoria de programas e projetos para áreas de degradação socioambiental a fim de encontrar soluções de ordem teórica e práticas para os questionamentos que envolvem estas questões.

O acelerado crescimento do processo de urbanização proporciona a proliferação de aglomerados urbanos que de maneira desordenada e precária, com infra-estrutura física, habitações e serviços vulneráveis aumentam ainda mais os problemas ambientais. Desta maneira, a ação do homem em sociedade afeta diretamente a natureza, transformando-a.

Soma-se o termo social ao termo degradação levando em conta um elemento fundamental na constituição e transformação do ambiente natural ou cultural que, continuamente, vem sendo causa e efeito de degradação. A utilização desta nova expressão, "degradação socioambiental urbana", também implica

no entendimento do meio ambiente urbano como um habitat socialmente criado, configurado enquanto um meio físico modificado pela ação humana (LIMA; RONGAGLIO, 2001, p.54).

A partir da década de 20, o termo *degradação* no contexto da questão ambiental foi reformulado pelas ciências ambientais passando a ser visto como alteração, transformação, destruição contínua e perda física. Pela imprecisão do termo passa a ser utilizado no que se refere aos desgastes dos solos agrícolas pelo uso de pesticidas e mecanização intensa do plantio, à poluição dos mares, dos rios pelo despejo de resíduos líquidos e sólidos, aos desmatamentos da floresta amazônica, à poluição do ar das grandes cidades, às baixas condições de habitação, à falta de saneamento básico etc. (LIMA; RONGAGLIO, 2001, p.55).

O termo socioambiental assegura que não se pode conceber ambiente e/ou natureza isoladamente, independente e indiferente à ação humana. Devido todo o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, compreender as dimensões da problemática ambiental, implica estudar as alterações que ocorrem nos ecossistemas naturais, levando-se em conta o conhecimento da organização material e simbólica das sociedades e o modo como elas se apropriam e interagem com os ambientes naturais.

O estudo da percepção de risco trará importante contribuição para o aperfeiçoamento do planejamento urbano, pois, ao identificar mudanças significativas nas propriedades físicas da atmosfera das cidades e a existência de possíveis novos riscos, tais como: bairros alagados, incansáveis tráfegos ferroviário e rodoviário, etc.

Este novo pensamento permeado pelas questões ambientais vem permitindo um novo olhar crítico com relação à observação empírica da realidade da maioria das metrópoles mundiais e, com maior ênfase nas grandes metrópoles dos países menos desenvolvidos que por apresentarem graves problemas de infra-estrutura e de ordem política, social e econômica, tornaram-se ‘modelos’ de degradação ambiental (LIMA; RONGAGLIO, 2001, p.56).

As transformações que ocorreram nas sociedades modernas atuais dão origem a novos riscos que amedrontam a população. Os aspectos degradantes do meio ambiente no âmbito urbano são catastróficos, e ao mesmo tempo, aumentam os problemas sociais, como aqueles relacionados à pobreza. Sendo que a pobreza não é o único fator relacionado ao crescimento da degradação ambiental urbana, mais há toda uma relação de outros fatores, tais como a fragilidade do exercício da cidadania, que pela falta de conhecimento ambiental e até mesmo da educação básica o indivíduo acaba se utilizando da natureza de maneira degradante.

Com relação às grandes cidades brasileiras, a qualidade ambiental – segundo Lima e Roncaglio (2001) evidencia que além das conseqüências da pobreza se confundir com as conseqüências da degradação ambiental urbana, são agravadas mais ainda pela fragilidade das condições do exercício da cidadania, pois a população brasileira – generalizando o fato – mostra-se distante de uma educação básica e ambiental. E ainda, distantes da utilização do que está legalmente inserido nos códigos e legislações do país, visto que há uma contradição verificada entre legislação do uso e ocupação do solo urbano e os interesses vinculados às especulações imobiliárias, dentre outras, refletindo as desigualdades econômicas e sociais da sociedade brasileira.

“Embora os elementos que constituem o meio ambiente não sejam passíveis, em sua maioria, de apropriação privada, como o ar, a água, os rios etc., podem estar sujeitos a um uso que favorece interesses privados, em detrimento de uma coletividade” (LIMA; RONGAGLIO, 2001, p.58).

O que se percebe é um confronto direto entre os interesses privados e coletivos, pois, a fragilidade do exercício da cidadania vem deste privilégio exercido por um determinado grupo que privilegia os interesses de poucos, deixando a maioria distante da visibilidade da real situação sobre a degradação socioambiental. A maioria, não consegue associar a fragilidade do exercício da cidadania, quando os conflitos sociais resultantes da apropriação social da natureza, motivada por interesses privados, na maioria das vezes é conflitante com os direitos ambientais dos indivíduos e da coletividade.

A análise minuciosa da percepção de risco esclarece pontos muitas vezes nem percebidos pela população carente, visto sua relação cultural e diária com uma vida de acordo com suas condições

econômicas – miseráveis - pois muitas das vezes os habitantes de áreas insalubres não conseguem identificar determinados aspectos degradantes que poderiam ser evitados com a sua própria ação na utilização do espaço analisado. Muitas das situações de risco são produzidas por esta população, que degrada o meio, como vem sendo observado no caso da moradia. Os desastres e catástrofes já fazem parte do cotidiano dessas pessoas.

A degradação socioambiental urbana é um tipo de degradação ambiental, ainda pouco explorada, tanto teoricamente como na prática, há pouco conhecimento específico e interdisciplinar, assim como ações efetivas que melhorem a qualidade de vida urbana, principalmente relacionando com a fragilidade do exercício da cidadania. O Brasil, como um país considerado em desenvolvimento, cabe apreender a atuação de políticas públicas frente à questão ambiental, que por tratar do bem comum, envolve a participação dos governos, das instâncias políticas e dos vários setores da sociedade organizada.

O intenso processo de urbanização das cidades transforma o cenário urbano em verdadeiro local de riscos. A falta de moradia e ocupações humanas precárias são problemas que se apresentam como grandes desafios para pensar em políticas públicas destinadas às áreas urbanas expostas aos riscos ou fragilidade ambiental. Os problemas de qualidade de água, saneamento básico e habitação geram riscos, como as epidemias, à população que sofre no dia-a-dia da vida em sociedade. Neste sentido, questiona a participação de Poderes Públicos Municipais na adoção de políticas de habitação e prestação dos serviços públicos essenciais.

Ramalho (2009) chama a atenção para as manifestações sutis e ocultas dos riscos devem ser verificadas e alertadas, pois, os riscos são permanentes e contínuos, se reproduzem e geram com o processo de modernização e acentuada pobreza, situações inadequadas à sobrevivência humana. A sociedade de risco é um novo perfil de sociedade que surge de toda essa relação entre a natureza e o social, ou seja, emerge das transformações ocorridas nas sociedades modernas atuais que vem como resultado do desenvolvimento e da busca incessante de um crescimento econômico.

Quanto mais acelerado o processo de urbanização, mais os ambientes de riscos se multiplicam. Os riscos também assumem novas formas, tornando-se altamente complexos, amedrontando de tal forma que a própria sociedade que os produziu perde a capacidade de controlá-los.

Segundo Ferreira (2007), as noções de perigo e risco estão intimamente relacionadas com as fases do processo de evolução social, porém, a autora considera que é importante fazer uma distinção entre os termos para análise da teoria da sociedade de risco. Os riscos seriam originados pela união dos elementos perigo e vulnerabilidade, na qual o perigo seria o elemento externo, aquele que possui a probabilidade de que um fenômeno se manifeste com intensidade, em um lugar específico e um determinado período de tempo. A vulnerabilidade seria concebida como elemento interno que expressaria a probabilidade de que um sujeito ou sistema seria exposto à manifestação do fenômeno, ou seja, afetado. Os dois conceitos estão interligados, um não sobreviveria sem o outro (FERREIRA, 2007, p.318).

O elemento perigo não pode descartar a intervenção humana sobre o meio ambiente como um dos causadores de desequilíbrio. E as probabilidades de acontecimentos geram incertezas e imprevisibilidades. Para eliminar esses perigos, segundo Ferreira (2007), o homem deveria se utilizar da técnica que passaria a agir sobre o meio e do domínio da natureza surgem novos riscos. Neste caso, os riscos teriam sua origem no processo de decisão da ação do homem sobre o meio ambiente.

A partir do período industrial, com o crescimento do processo produtivo, surge uma transformação dos perigos em riscos, que de acordo com seu processo evolutivo trás riscos calculáveis, ou seja, riscos sistematicamente produzidos possibilitando sua continuidade do processo de modernização e seus efeitos de previsão.

Com a dinamização do desenvolvimento, a modernização trás conseqüências opostas, como a pobreza em massa, crises econômicas, crises ecológicas, guerras, estados de emergência produzidos por grandes catástrofes como expõem Beck (1997) quando se refere ao dinamismo dos conflitos da sociedade de risco. Segundo Beck (1997), a sociedade de risco encontra-se inserida numa modernidade avançada, oriunda da obsolescência da sociedade industrial e assim designa este conceito como: “[...] uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial”.

(BECK, 1997, p.15). Desta maneira, Beck (1997) distingue duas fases de desenvolvimento dos efeitos da sociedade de risco. Primeiro, seria um momento em que os efeitos e as auto-ameaças não seriam percebidas como questões públicas, ou seja, não seriam centros de conflitos políticos e haveria ainda aqui uma predominância do autoconceito da sociedade industrial, tanto multiplicando quanto “legitimando” as ameaças feitas pelas tomadas de decisão, como “riscos residuais”.

Num segundo momento, os perigos da sociedade industrial crescem nos debates e conflitos públicos, tanto na esfera pública quanto privada. Desta maneira, as instituições tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não conseguem mais controlá-las. Assim, alguns aspectos da sociedade industrial tornam-se social e politicamente problemáticos. Por um lado, a sociedade toma determinadas decisões e realiza ações segundo os padrões ainda conservadores da sociedade industrial, mas, por outro, as organizações de interesse, o sistema judicial e a política são obscurecidos por debates e conflitos que surgem do dinamismo da sociedade de risco (BECK, 1997, p.16).

A autoconfrontação estabelecida pela sociedade de risco marca todo um processo de transição do período industrial para o período de risco da modernidade gerado pelo desenvolvimento de seus dois estágios. Beck (1997) chama de “modernização reflexiva” o novo estágio, onde o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, pois seria aqui o ápice da modernização que possibilitaria a destruição de uma era: aquela da sociedade industrial.

A relação homem / natureza mostra-se cada vez mais perigosa e insustentável, por isso os riscos devem ser percebidos e analisados de maneira apropriada. Daí a necessidade da formulação de novos instrumentos que permitam a abordagem sustentável daquilo que desconhecemos.

Na tentativa de minimizar esses riscos busca-se compreender a percepção da população atingida, se ela é capaz de enxergar seus próprios problemas ou não. A população tem que estar envolvida e motivada, capaz de visualizar e questionar a falta de iniciativa da gestão pública na aplicabilidade de políticas adequadas a realidade, pautadas nas questões de sustentabilidade e desenvolvimento.

A análise dos problemas ambientais das comunidades [...] possibilita verificar as percepções dos moradores, suas atitudes, crenças e valores no que se refere aos problemas relacionados ao meio ambiente, no cotidiano familiar, na comunidade. A importância atribuída a esta questão pelo poder público, também é ligeiramente discutida (RAMALHO, [s.d.], p.21).

Para Ramalho [s.d.] a definição de medidas implantadas por agências de desenvolvimento, prefeituras e Estados devem estar de acordo com o desejo da população, partindo da interação e integração entre os técnicos e a população beneficiada pelo programa, pois este seria o caminho para o sucesso de qualquer programa que busca soluções para a problemática de degradação ambiental.

Sen (2000) argumenta sobre a importância do papel do Estado como uma das instituições capazes de contribuir para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudança, e não como apenas recebedores passivos de benefícios. Tais disposições institucionais proporcionam oportunidades, influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas, a fim de impedir qualquer tipo de privação, tais como a oportunidade de morar em local apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico, como é o caso dos moradores das áreas de ressacas da cidade de Macapá.

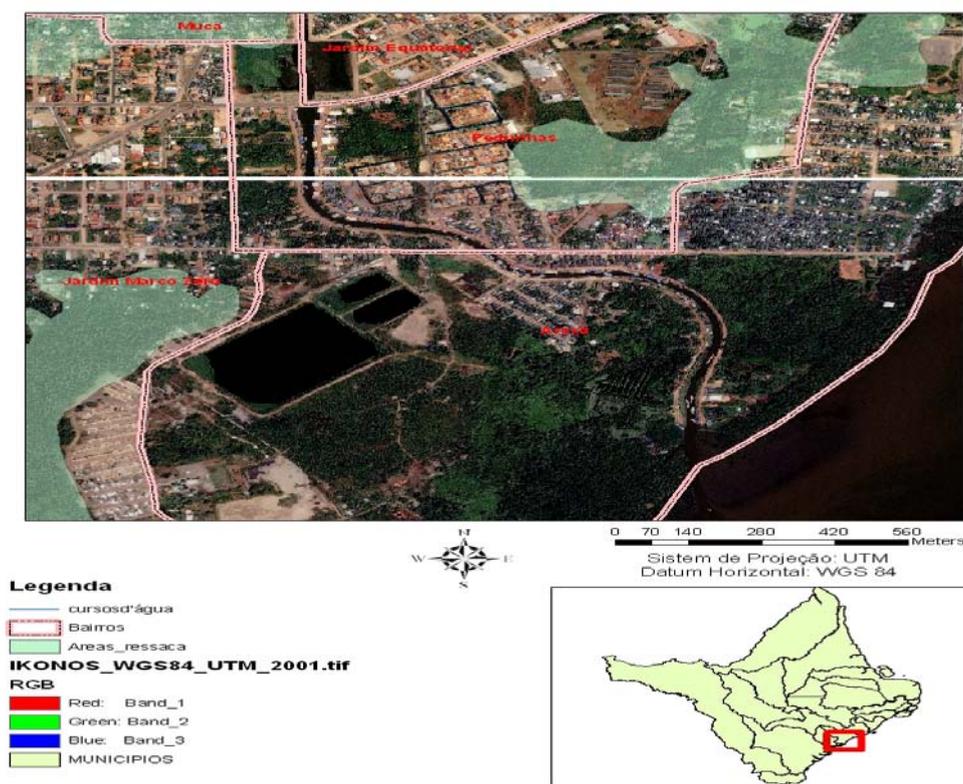
Definição da área estudada

A área geográfica da pesquisa faz parte do município de Macapá. São as áreas de ressacas antropizadas que se encontram no bairro do Marco Zero/Pedrinhas e do Congós. Os dois primeiros adentraram na pesquisa devido às informações coletadas junto a ONG Colibri que posteriormente nos possibilitou o conhecimento da área, na qual exerce suas atividades. A escolha do bairro do Congós se deu em função de que é um bairro que está sendo atingido pelo processo de drenagem da ressaca do Beírol efetivação de uma política pública atual, além de ser um bairro que abrange duas áreas alagadas, a Ressaca

de Chico Dias e a Ressaca do Beirol. Segundo o estudo de Portilho (2006) a área do bairro do Congós foi uma das prioridades no planejamento de expansão urbana da cidade de Macapá na década de 70, ainda no antigo território do Amapá.

A área do Congós foi considerado o bairro capaz de eliminar o déficit habitacional de Macapá no período de 70, com a finalidade de absorver as famílias de baixa e média renda, com a capacidade espacial para construir cerca de cinco conjuntos habitacionais com média de 32 habitações por conjunto (PORTILHO, 2006). O que se percebe hoje é um processo desordenado de ocupação nesta localidade, onde há famílias morando sob palafitas em plena área urbana da cidade além da carência de infraestrutura urbana como asfaltamento, meio fio, calçadas, sinalização adequada e etc.

Figura 1 - Mapa dos bairros do Marco Zero e Pedrinhas.



Fonte: IEPA, 2011.

A escolha das localidades se deu em função de que o bairro do Marco Zero/Pedrinhas é banhado pelo Canal das Pedrinhas e de acordo com o desenvolvimento da pesquisa foi possível receber informações importantes sobre a área que se encontra bastante fragilizada no que se refere às questões socioambientais, e o bairro do Congós por possuir duas áreas de ressacas antropizadas, na qual a Ressaca do Beirol vem sendo atingida pela efetivação de uma política pública que envolve a questão de saneamento e de drenagem. As áreas alagadas que contornam o bairro são: a Ressaca de Chico Dias e a Ressaca do Beirol.

Níveis de Análise suas inter-relações

Baseado na metodologia proposta por Vasconcellos (2008), este artigo parte da compreensão de três diferentes níveis na análise do Programa da Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID, a saber: o nível macro (Governo Estadual), o intermediário (ONG's) e local (comunidades do bairro da

capital de Macapá). No entanto, neste artigo, centra-se atenção no nível local para analisar o impacto do programa nas comunidades do entorno.

O nível local centra a sua atenção nos beneficiários comunitários do Programa da Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID, particularmente os atores que vivem no bairro do Congós que é uma área especificamente urbanizada da cidade de Macapá. Com o avanço na pesquisa de campo inseriu-se as comunidades dos bairros do Marco Zero e das Pedrinhas, que por serem atendidas pelo Instituto Colibri, passou a ser de interesse da pesquisa.

Desta maneira, o nível micro, significa a análise das comunidades e seus fatos relacionados com o programa em estudo. O que se denomina de local incorpora-se nas dinâmicas do relacionamento entre agências de desenvolvimento, indivíduos, líderes comunitário e outros atores dos espaços embricados nas comunidades. É discutido que este nível é onde a teoria e a prática estão relacionadas ao desenvolvimento político, sendo que as práticas organizacionais têm uma interação dinâmica e impactante no conhecimento das populações locais.

Foram realizadas no nível local entrevistas com as lideranças dos bairros, onde, primeiramente aconteceu com a liderança do bairro do Marco Zero e também da comunidade que vive no entorno das áreas de ressacas do Bairro das Pedrinhas, onde esses dois estão ligados no que se refere às ações da liderança. Realizou-se também a entrevista com um representante do bairro do Congós. Desta maneira, foi possível constatar a ausência de conhecimento das lideranças dos bairros à respeito do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental e Urbana do Amapá.

Percebe-se uma relação distanciada entre o nível micro local e o nível macro, sob o ponto de vista de lideranças que atuam no bairro, pois nos relatos dos entrevistados há certo esquecimento de ações públicas àquela população que mora nas palafitas em áreas periodicamente alagadas.

“Os políticos só aparecem em campanha aqui! A nossa via aqui (palafitas) está abandonada. Só em época de campanha que aparece um pedindo voto” (Liderança do Bairro do Congós, 2010, informação verbal).

Houve também disparidades quando se refere à geografia do espaço diferenciado do Marco Zero e das Pedrinhas com relação ao bairro do Congós, onde neste foi possível observar uma realidade bastante diferente, pois segundo a liderança do local afirma que não é um bairro muito violento, não falta água e a política da “Luz para Todos” com taxa única atinge aos moradores.

A localidade do Congós é uma área bem mais estruturada, fica próximo ao asfalto e no entorno fica uma área bem mais urbanizada do que aqueles que moram nas áreas de ressacas do bairro do Marco Zero e das Pedrinhas.

Os riscos mais observados nos bairros do Marco Zero e Pedrinhas foram os animais que sobem para as casas como as cobras, o fogo das caieiras que provocam muita fumaça e doenças de vista, coriza e pneumonia. A falta de água e de tratamento que também provocam outras doenças à população como a diarreia e doenças de pele. O aumento da criminalidade, acidentes de motos e quedas principalmente das crianças, afirmam os riscos apresentados pela população local, que se mostra consciente desses fatos.

Constatou-se que os líderes dos bairros que participaram da pesquisa migraram para as áreas alagadas, após terem morado anteriormente em áreas de terra firme. Apesar da falta de conhecimento de que no Marco Zero seria uma área atingida por alagamentos, a liderança deste bairro continuou morando nesta localidade. Diferente da liderança do bairro do Congós que se mudou já sabendo que o local era úmido e por opção deixou a moradia no centro da cidade de Macapá para ficar próxima ao restante da família que lá já se encontrava.

Segundo os relatos há a promessa da política do PAC direcionada aos moradores do Congós que vem incentivando ainda mais o processo migratório para o bairro, pois desde meados do ano de 2010 vem sofrendo um crescimento de vias de palafitas e casas na região. Essas vias são construídas pela própria população que se instala na área, as casas que ali se encontram apresentam de 2 a 3 compartimentos no máximo, os banheiros são pequenas caixas externas a casa, onde possui um pneu e os dejetos são jogados diretamente no rio.

Nos bairros do Marco Zero e Pedrinhas houve também um aumento de concentração de casas nas áreas de ressacas. As casas não possuem fossa e nem existe rede de esgoto. Percebe-se que a área é bem mais poluída do que a do bairro do Congós, devido o número de população que vive na área, o risco com crianças é significativamente maior, pois as palafitas são muito mais altas na localidade.

“Não tem banheiro nas casas de palafitas, o povo faz numa sacola, ou fazem coco na ponte mesmo. É um Horror!” (Liderança do Marco Zero e Pedrinhas, 2010, informação verbal).

De acordo com as péssimas condições de infraestrutura nos bairros visitados, o acúmulo de lixo próximo as casas foram visivelmente observadas numa proporção maior nos bairros das Pedrinhas e Marco Zero. No bairro Congós constatou-se bem menos poluído, porém ainda com hábitos poluentes de alguns moradores.

Segundo as informações dos líderes comunitários, com relação à percepção ambiental vêem-se uma preocupação da comunidade com essas questões. No Marco Zero e nas Pedrinhas, por exemplo, a liderança busca conseguir por meio de ofício para o governo máquinas para a limpeza da área, mas até o momento da pesquisa ainda não havia acontecido nenhuma ação. Já, no bairro do Congós a liderança tenta conscientizar a comunidade local sobre os cuidados com o meio ambiente, principalmente na questão do lixo jogado no rio. A própria população faz ações de limpeza, limpando o mato e o lixo da área.

Os problemas dos alagamentos acontecem em épocas de chuvas no período de Janeiro a Março. Nos bairros das Pedrinhas e do Marco Zero acontecem muitos casos de afogamentos de crianças e doenças provocadas pela água poluída e no bairro do Congós a água chega a entrar nas casas dos moradores quando sobe a água do rio e se une com a da chuva.

A respeito do abastecimento de energia elétrica foi possível observar que nos bairros visitados para a pesquisa de campo havia postes de iluminação próximos da área e dentro das vias de palafitas. Apesar das informações coletadas que afirmam a existência de clandestinidade no consumo de energia no bairro do Marco Zero e das Pedrinhas. Já no bairro do Congós não foi verificado problemas com o consumo de energia devido os moradores serem abastecidos pela energia oferecida pela política atual do governo.

“A infra-estrutura aqui é péssima. Sem saneamento básico, não tem água, nem energia elétrica. A energia aqui é clandestina!” (Liderança das Pedrinhas e Marco Zero, informação verbal).

Com relação ao fornecimento de água, no bairro do Congós observa-se que os moradores abastecem suas casas com a canalização direcionada para dentro das casas, porém percebe-se que as moradias jogam diretamente a água utilizada na ressaca do Chico Dias. A população do bairro do Marco Zero e das Pedrinhas sofre com a falta de abastecimento na área, a canalização precária feita pelos próprios moradores não abastece a todas as moradias, a população se utiliza de alternativas na busca de conseguir água, há poços em baixos das casas e armazenamentos inadequado de água em camburões, como mostra a foto a seguir, com crianças carregando baldes de água sendo retirados da canalização embaixo de uma via de palafitas:

O Governo do Estado coloca água de qualidade aqui? Devido a bacia de decantação, toda essa área é contaminada, mas todos aqui tem que utilizar a água. A presidente da CAESA não faz nada, foi a própria CAESA que cavou isso aqui. A CAESA fez o processo e agora ficou parado. (Liderança das Pedrinhas e Marco Zero, informação verbal).

A coleta de lixo é realizada no bairro das Pedrinhas e no Marco Zero por meio de um container que fica bem distante das moradias em palafitas, pois o carro da prefeitura só chega até onde se encontra a pista de asfalto, tornando mais difícil a coleta de lixo, incentivando mais ainda atitudes degradantes da população

com relação ao meio ambiente local. Diferentemente do bairro do Congós que a via pública, onde passa a coleta de lixo é bem mais próxima da comunidade que vive na área de ressaca, deixando o ambiente mais harmonioso, no que se refere ao acúmulo de resíduos sólidos no rio.

Percebe-se que a liderança da comunidade do Marco Zero e das Pedrinhas, possui um poder político significativo na área, visto que, foi possível observar, no decorrer da visita, a comunicação do líder com a população local no que se refere a sua contribuição a respeito de doação de água, reuniões na sua residência e inclusão de crianças na escola. Além da capacidade de orientar a comunidade em período eleitoral, pois consideram sua opinião como importante. A fala abaixo mostra a forte influência exercida na localidade:

Dou água para comunidade! Só que foi a Deputada Favacho que foi lá e comprou o terreno. Agora ela (a deputada) só vai inaugurar o poço em época de campanha, daqui a dois anos. Mas, ela pega “duas meia doida” na frente, porque na época de campanha eu não apoio ela, eu mesma brigo e não deixo! Se ela (deputada) fosse uma política inteligente (eu to até pensando em me candidatar, a concorrer). Eu penso de outra maneira politicamente [...]. Consegui 50 vagas, pro 1º ano, para uma escola, mas em compensação tenho que arranjar um emprego também! Acha mole isso!. (Liderança das Pedrinhas e Marco Zero, 2010, informação verbal).

Observa-se o domínio político na área, estabelecido pela própria liderança da comunidade, porém, há uma fragilidade na comunicação direta e indireta entre o nível local e nível macro, a ausência de ações públicas em benefício à população dos bairros pesquisados é visível, desde infra-estrutura da área no que se refere a obras de saneamento, pavimentação, acesso das vias, melhorias de moradia, fornecimento de água tratada e luz. A carência e queixas foram mais constatadas no bairro do Marco Zero e das Pedrinhas, pois, de acordo com a liderança da comunidade do Congós a moradia nas áreas de ressaca do Chico Dias parece ser agradável, pois há a esperança para a efetivação das obras do PAC, ou seja, a estada na localidade seria como uma passagem para a obtenção de outra morada. Os problemas mais visíveis nesta localidade foram: o medo de que a água viesse a entrar nas casas em época de fortes alagamentos e algumas vias em palafitas que estão quebradas dificultando o acesso as casas.

De acordo com a relação existente entre os níveis macro, intermediário e local. Embora eles sejam baseados em diferentes critérios de avaliação. A categorização do nível macro é baseada em vários aspectos das ações políticas que tem afetado tanto o nível intermediário quanto o local. Os relatos do nível intermediário estão intimamente ligados a realidade do nível local, porém as ações do nível macro estão sendo dificultadas ao acesso aos demais níveis, como exemplo, a não concretização da segunda fase das ações do Programa da Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana do Amapá GEA-BID que não atingiu diretamente as comunidades locais.

Considerações finais

O Programa de Melhoria de Qualidade Ambiental Urbana do Amapá caracteriza-se como um programa de ações relacionadas ao ordenamento territorial, à proteção ao meio ambiente e à melhoria da infraestrutura básica de saneamento ambiental, com ênfase no fortalecimento institucional dos órgãos públicos atuantes nessas áreas. As áreas de maior densidade populacional do estado, Macapá, Santana e Laranjal do Jarí, são os focos de atuação do programa, especificamente suas áreas de urbanização precária e de baixa renda (AMAPÁ, 2006).

As áreas de ressacas que se encontram principalmente nas áreas urbanas das cidades passam a ser habitadas desordenadamente. Consequentemente, tal chegada vem alterando progressivamente o clima da região. Isto acontece em decorrência do acúmulo indevido de resíduos sólidos encontrados nessas áreas que impedem a função de equilíbrio ambiental das ressacas.

Pode-se afirmar que o Programa não alcançou o ritmo de mudança das ações que viriam para beneficiar a população macapaense, principalmente no que se refere às obras de infraestrutura local. Este só conseguiu alcançar a sua primeira fase, aquela inicial, de identificação, de orientação, de análise, de

estruturação, de elaboração de planos, de fiscalização e acompanhamento junto às instituições colaboradoras. A segunda fase, o programa não conseguiu avançar, neste momento seria o ponto mais importante do mesmo, pois atingiria diretamente a população local, proporcionando uma melhoria na qualidade urbana e ambiental da cidade de Macapá.

Os moradores das áreas de ressacas de Macapá devem estar próximos do conhecimento a cerca dos problemas ambientais, da preservação e conservação dessas áreas, dos direitos fundamentais que dispõem como cidadãos brasileiros, tais como: adequado serviço de infraestrutura, moradia, saneamento, transporte, segurança e educação. Para assim, possibilitar o aumento a disposição de investimentos em bens públicos e melhoria na distribuição de bens coletivos, na tentativa de reduzir a violência e a corrupção no processo de governança, intensificando assim o desenvolvimento.

Considera-se então, que a questão não é que as instituições deliberativas sejam as únicas responsáveis para a melhoria – numa visão macro – dos países pobres. Mas, de uma parcela significativa que contribui para a eficiência das ações sociais. Já numa visão micro e particular, é importante pensar em instituições políticas participativas com o objetivo de buscar a eficiência, instituições estas que estimulam e agregam o conhecimento local.

Desta maneira, a biodiversidade que é a variedade de organismos vivos, presentes inclusive nessas áreas, merecem atenção quanto à preservação, visto que podem oferecer condições para alternativas de atividades econômicas sustentáveis. Segundo o Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro do Centro de Pesquisa Aquáticas (2002), o grande contingente habitacional nessas áreas é decorrente do crescimento demográfico formado por migrantes de outros Estados, como o Pará, Maranhão, Ceará e do interior do Estado do Amapá. O perfil populacional caracteriza-se por baixa instrução educacional, grande número de filhos, mão-de-obra na informalidade, remuneração abaixo do piso salarial estabelecido na política salarial nacional defendida pelo Ministério do Trabalho.

Observa-se que os moradores das áreas de ressacas caminham para essas localidades sob influência de fatores econômicos, políticos e culturais. A carência de políticas habitacionais adequadas a este contingente populacional gera o crescimento de invasões nessas áreas sem nenhuma infraestrutura para absorção deste fluxo migratório.

Outro fator importante é o cultural. A população da Região Norte pela proximidade com os rios possui uma vida ribeirinha, optando em residir próximo as áreas portuárias facilitando a chegada ou saída de suas embarcações. Há também uma relação comportamental de desconhecimento dos cuidados com o meio ambiente, visto a grave agressão a fauna e flora local.

Constatou-se a ausência de conhecimento sobre o Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental e Urbana. As famílias continuam migrando para as áreas alagadas, pois a preocupação maior do aumento dessas habitações em palafitas se refere muito mais a questão da sobrevivência e da proximidade com o centro urbano do que com as questões voltadas para o meio ambiente local. Há tímidas ações comunitárias nas áreas visitadas, porém é visível o acúmulo de resíduos sólidos nas ressacas.

Desta maneira, para o alcance da melhoria da Qualidade Ambiental e Urbana da Cidade de Macapá, prioritariamente nas áreas de ressacas faz-se necessário o aumento da oferta de água às populações, em quantidade e qualidade adequadas; a intensificação do índice de coleta e tratamento dos esgotos, permitindo que se evite o uso de soluções inadequadas pela população colocando em risco a saúde das comunidades; melhoria das condições de escoamento das águas pluviais, retidas em áreas baixas, densamente ocupadas, agravando o grau de insalubridade; implantação de medidas para o controle adequado da coleta e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas urbanas e adequadas condições de moradia nas áreas próximas das ressacas.

Referências

- BECK, U. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).
- FERREIRA, H. *Precaução e prevenção na sociedade de risco: princípios jurídicos em busca da sustentabilidade ambiental*. In: LIRA, W. et al.(orgs.) *Sustentabilidade: um enfoque sistêmico*. Campina Grande: EDUEP, 2007.
- LIMA, M. Del V.; RONCAGLIO, C. Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. *Desenvolvimento e meio ambiente*. Paraná, n.3, p.53-63, jan./jun., 2001.
- MACAPÁ. *Proteger as áreas de Ressaca*. Macapá: DEA/CDIA/CTE/SEMA, 2006.
- PORTILHO, I. S. *Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: uma análise do PDSA na cidade de Macapá (AP)*. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- RAMALHO, Deolinda de Sousa. *Degradação ambiental urbana e pobreza: a percepção dos riscos*. [s.d.]. Disponível em: <www.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo41.pdf>. Acesso em: 07 out. 2009.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.
- VASCONCELLOS, A. M. de A. *A State-Sponsored Socio-environmental Development Programme in Action: The Proambiente, Amazonia, Brazil*. Thesis submitted to Swansea University in fulfilment of the requirements for the degree of PhD. Swansea, Wales, July 2008.